



PROGRAMA DE GOVERNO DE ANTONIO NASCIMENTO E ALICE MACIEL PARA O GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

Propostas para construir uma alternativa socialista e revolucionária para os/as trabalhadores/as na Paraíba

INTRODUÇÃO

Vivemos, pelo menos desde 2007, uma crise no coração do imperialismo, uma crise econômica de grandes proporções. Tratada inicialmente como uma “marolinha” pelo governo Lula, ela aprofundou-se não apenas nos grandes centros imperialistas como também nos países periféricos do capitalismo, aí incluído o Brasil. E, para aprofundar ainda mais esta grave crise, veio a degradação crescente do meio ambiente proporcionada pelo imperialismo e a chegada da pandemia do coronavírus, que assolou o planeta nos últimos dois anos de forma devastadora, matando milhões de pessoas por um lado, e gerando bilhões de dólares de lucros para alguns poucos por outro, às custas da desgraça de outros tantos milhões espalhados pelo mundo.

Nunca a disjuntiva “socialismo ou barbárie” se fez tão atual quanto neste último período. O imperialismo, por conta da acelerada devastação ambiental proporcionada nos últimos anos, com o aumento do aquecimento global, dos desmatamentos e da conseqüente elevação da temperatura no mundo, provocou uma pandemia que assolou o planeta inteiro e que ainda não dissipou seus nocivos efeitos em milhões de pessoas. Neste mesmo período, cresceu também no plano político a extrema-direita, disposta a negar não apenas o coronavírus, mas todo e qualquer avanço da luta dos trabalhadores e suas liberdades democráticas. Isso se deu tanto no coração do imperialismo, com Trump, quanto em países periféricos do capitalismo como no Brasil com Bolsonaro, que tenta continuar seu projeto autoritário, buscando sua reeleição em 2022, apesar de não contar mais com o apoio popular como há 4 anos atrás.

Sinais da barbárie capitalista neste período não faltam. O avanço da “uberização” em todo o mundo e a conseqüente precarização do trabalho; o aumento do desemprego e do exército de reserva do capital, servindo para rebaixar ainda mais os salários da classe trabalhadora; a alta da inflação, com aumento nos preços dos alimentos e dos combustíveis, especialmente após mais de 4 meses de guerra na Ucrânia, com a deplorável invasão da Rússia neste país; sem falar nos efeitos nocivos que a pandemia do

coronavírus causou (e vem causando) às economias de todo o mundo, particularmente aos trabalhadores que vêm tendo seus direitos e conquistas atacados tendo como justificativa patronal exatamente a questão da pandemia.

Este cenário de barbárie faz com que já vivamos atualmente em nosso país um cenário de recolonização. Em alguns aspectos, voltamos ao século XVI, quando éramos dominados pelos portugueses. Naquela ocasião, o Brasil produzia o açúcar bruto e o enviava para a Holanda para este ser refinado, pois não tinha a tecnologia do refino por aqui; hoje, em pleno século XXI, o Brasil é autossuficiente na produção de petróleo, mas como Bolsonaro está acelerando a privatização da Petrobras, com a venda de refinarias ao capital internacional, o país está enviando para o exterior o petróleo bruto para que este seja refinado e, então, o compra novamente. Sem falar que compra boa parte do diesel no mercado internacional. Além da PPI (Política de Paridade Internacional), política de preços adotada pela Petrobras desde o governo Temer e seguida por Bolsonaro, que faz com que o Brasil produza combustíveis em real e pague em dólar estes mesmos combustíveis, seguindo os ditames internacionais.

Aliado a isso, o Brasil passa por um forte processo de desindustrialização. Nos últimos 40 anos, a produção industrial brasileira caiu 43,8%, enquanto a mundial cresceu 6,6% no mesmo período. Contudo, isso não foi empecilho ao superfaturamento dos grandes grupos internacionais no país. Para se ter uma ideia, “nos últimos 8 anos, as multinacionais enviaram US\$ 370 bilhões de dólares para fora, entre lucros e dividendos” (idem). Outro fator que revela esse superfaturamento dos grandes grupos internacionais é o crescimento da dívida pública brasileira, através de seu pagamento a estes ao longo dos anos.

Neste aspecto, a pandemia do coronavírus revelou o aumento da desigualdade social e da concentração de renda anda maior no mundo e no Brasil. Só no Brasil, a pandemia produziu 42 novos bilionários, chegando a um total de 315. Estes/as acumulam um patrimônio de R\$ 1,9 trilhão. No meio destes/as bilionários estão donos de bancos, de grandes indústrias, de empresas de agronegócios, de comércio, dentre outros.

Tudo isso cria um cenário no qual cerca de 33 milhões de brasileiras e brasileiros passam fome no país e mais da metade de nosso povo sofre de insegurança alimentar, ou seja, não sabe se vai ter o que comer num futuro próximo. Essas pessoas **NÃO** podem esperar!!!

Precisamos construir uma nova direção para os trabalhadores. E como são os trabalhadores que constroem o país e suas riquezas, são eles que também devem dirigi-lo.

Defendemos que sejam os trabalhadores a dirigir o país. E isso começa pelo local de trabalho, ou seja, pelo controle dos trabalhadores sobre as empresas. Defendemos a auto-organização dos trabalhadores pela base em todos os setores.

Defendemos a mobilização coletiva dos trabalhadores por um lado e, junto com isso, um programa de ruptura com o capitalismo, em direção a uma revolução socialista. Por isso, lançamos este programa para, junto com as

companheiras *Vera Lúcia e Raquel Tremembé*, promovermos uma **ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA** no Brasil e na Paraíba.

Características da Paraíba

Segundo o último levantamento feito pelo IBGE em 2021, a Paraíba tem o 9º menor PIB do país, estimado em cerca de **R\$ 68 bilhões**. Para efeito de comparação – se é que é possível comparar – São Paulo, segundo esse mesmo levantamento, possui um PIB de *R\$ 2,348 trilhões*, o maior do país.

Ao mesmo tempo, a Paraíba possui uma dívida pública de **R\$ 5.133.404.404,50**, segundo a SICONFI (Secretaria do Tesouro Nacional). Esta dívida, de acordo com o levantamento feito pelo órgão, cresceu de 2017 para março de 2022, exatos **20,29%**. Se pegarmos de 2019 para cá, quando João Azevedo chegou ao governo da Paraíba, veremos que houve crescimento nessa dívida pública paraibana, de **14,78% em 4 anos**. Hoje, fazendo uma simples conta matemática, chegamos à absurda conclusão de que cada paraibano/a, por causa dessa dívida pública estadual, deve exatos **R\$ 1.264,41**. Mais que um salário-mínimo!!!

Tudo isso é fruto de uma dívida que não foi criada por nenhum trabalhador paraibano, não para de crescer e só beneficia os banqueiros e empresários. Por isso, defendemos o **NÃO** pagamento dessa dívida e que esse dinheiro seja revertido para resolver os graves problemas sociais de nosso povo, nas áreas de Educação, Saúde, Transporte, Moradia, Reforma Agrária, Cultura, Luta contra Opressões, Segurança, dentre outros.

Defendemos também o fim das isenções fiscais para as grandes empresas. Só em 2019, primeiro ano do governo João Azevedo, as isenções fiscais representavam cerca de **R\$ 2 bi**, já constando no orçamento votado e aprovado pelos/as deputados/as estaduais paraibanos/as. Já naquele período, o governo Ricardo Coutinho havia fechado cerca de 300 escolas em todo o Estado enquanto construiu apenas pouco mais de 1% desse total. Nesse ínterim, não se ouviu falar de nenhuma ação governamental contra eventuais sonegadores de impostos. E não foi diferente no governo João Azevedo.

Ao lado disso, a Paraíba tem apresentado um crescente aumento na arrecadação de impostos como o ICMS. Só no governo João Azevedo isso tem se constatado ano após ano, desde que este chegou ao Palácio da Redenção. Em 2019, o Estado arrecadou mais de **R\$ 5,9 milhões**; em 2020, mais de **R\$ 6,1 milhões**; e em 2021, mais de **R\$ 7,5 milhões**. Este crescimento também se deu com outros indicadores econômicos no mesmo período no atual governo, em que pese a crise econômica propalada pelo Executivo (dados obtidos no site do Sindifisco PB que por sua vez, os obteve junto à Secretaria da Receita Estadual).

A Paraíba tem como capital João Pessoa que, segundo o *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles*, elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, em parceria com a PUC/RS e Observatório da Dívida Social (RedODSAL), é uma das cidades mais desiguais do país, social e economicamente. Isso é verificado em vários aspectos. Segundo este estudo, na capital paraibana quase ¼ da sua população vivia com 24,5% do salário mínimo no 1º trimestre de 2020 – o que representava **R\$ 261,25**. Além disso, no mesmo período, os

10% mais ricos ganhavam (em média), *29,6 vezes mais* do que os 40% mais pobres. um ano depois, no 1º trimestre de 2021, esses mesmos 10% passaram a ganhar, em média, *42,3 vezes mais* do que os 40% mais pobres. Um aumento considerável da concentração de renda em plena **pandemia do coronavírus**. Em relação à cesta básica, João Pessoa tem uma das mais caras do país, com seu valor custando quase 50% do atual salário mínimo – **R\$ 586,73** -, sofrendo um aumento de **18,35%** em 12 meses, segundo pesquisa feita pelo DIEESE em junho deste ano.

Defendemos também a reestatização de empresas privatizadas como a Saelpa, Telpa e demais empresas e que estas sejam colocadas sob controle dos trabalhadores.

Eixos do Programa

1. Estatização dos transportes

O principal problema que ocasionou as Jornadas de Junho de 2013 foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria do povo pobre e os trabalhadores a um inferno diário. Isso é causado pela lógica privatista dos serviços, que beneficia os lucros das grandes concessionárias. Só um **transporte público e estatal, sob controle dos trabalhadores**, pode garantir um serviço barato, a preço de custo e de qualidade social. Exigimos ainda 2% do PIB em investimentos no setor que, segundo os movimentos sociais, seria suficiente para expandir o sistema de transporte, beneficiando o sistema metro-ferroviário, mais barato e eficiente que o rodoviário.

Na Paraíba, o principal meio de transporte da classe trabalhadora é o ônibus coletivo urbano, especialmente em João Pessoa e Campina Grande. Em ambas as cidades, o serviço é de responsabilidade das prefeituras locais, que oferecem tais serviços a empresas privadas sob concessão pública. Em ambas as cidades também, o serviço oferecido às trabalhadoras e trabalhadores é caro e precário. Nelas, assim como em todo o Estado, tais serviços não são oferecidos pelo poder público. Mas nem sempre foi assim.

A Paraíba teve a experiência de uma empresa estatal de ônibus urbano, com linhas principalmente na capital, a **SETUSA**. Fruto da mobilização estudantil e popular, essa empresa representou um passo além do que estabelece a legislação, que preconiza a responsabilidade dos governos municipais para este tipo de transporte. Com a **SETUSA**, foi estabelecido o passe livre para estudante e desempregados; a tarifa de metade do valor para toda a população e as linhas circulares, que evitavam a troca de ônibus durante o trajeto. Como não houve a eliminação das demais empresas de ônibus, que prestavam tal serviço sob o controle da prefeitura, em 1996, sob o rótulo de “terceirização”, a empresa passou para o controle da Transnacional. O PSTU pode falar com propriedade desse momento histórico da luta de nossa classe,

pois sua ex-candidata, Rama Dantas, foi uma das lideranças desse processo, que queremos não apenas resgatar, mas também recriar.

Um outro meio de transporte muito usado pelas trabalhadoras e trabalhadores da Paraíba é o trem urbano, especialmente na rota que vai de Cabedelo a Santa Rita, passando por João Pessoa e Bayeux, atravessando periferias como Renascer (em Cabedelo) e Mandacaru (em João Pessoa). Depois de muitos anos, a passagem aumentou em 100%, passando de R\$ 0,50 para R\$ 1,00 e já custa R\$ 2,75 desde abril deste ano. Importante destacar que o transporte ferroviário já teve importante papel no estado para transporte de pessoas e produtos, mas foi paulatinamente desativado. Nas últimas décadas temos trechos abandonados, estações desativadas, linhas férreas destruídas. Resta apenas uma linha de trem da CBTU, que cobre uma parte da Região Metropolitana. As duas antigas ferrovias, como a Rede Ferroviária do Nordeste e a Rede de Viação Cearense foram praticamente desativadas. O governo federal, seguindo a lógica da privatização, concedeu o controle da Rede Ferroviária do Nordeste para a Companhia Ferroviária do Nordeste, atual Transnordestina Logística S/A.

Com o aumento da passagem em vigor desde fevereiro deste ano, elevando o preço para R\$ 4,40, João Pessoa passou a ter a passagem de ônibus urbano mais cara do Nordeste. Porém, a qualidade dos serviços prestados pelos empresários do setor à população continua cada vez pior, com ônibus sucateados e superlotados, com a Prefeitura conivente com esta situação há décadas, sem falar na precarização do trabalho dos motoristas e cobradores, que têm seus ofícios cada vez mais desvalorizados ao longo dos anos, com um sindicato omissivo à situação.

Recentemente, houve em Campina Grande um episódio que revelou a fragilidade do sistema de transporte na segunda maior cidade do Estado, ao mesmo tempo em que revelou a **conivência da Prefeitura local, administrada pelo apoiador de Bolsonaro Bruno Cunha Lima (PSD) com os empresários do setor do transporte da cidade**. Por cerca de uma semana, os trabalhadores de 4 distritos vizinhos a Campina Grande – *Galante, Jenipapo, São José da Mata e Estreito/Salgadinho* – ficaram sem ônibus para se deslocar até a cidade de Campina Grande para trabalhar, estudar ou fazer qualquer outra atividade porque os empresários reivindicavam da Prefeitura o pagamento de um subsídio que, segundo eles, estava atrasado e sendo pago de forma incorreta, o que a Prefeitura negou. Nesse imbróglio, a Justiça tomou o lado dos trabalhadores – felizmente – e aplicou uma multa de **R\$ 20 mil/dia** pelo descumprimento do serviço oferecido pelas empresas, coisa que não foi obedecido pelo SINTRANS. Os patrões só voltaram atrás e passaram a obedecer a Justiça quando esta aumentou a multa para **R\$ 100 mil/dia**. Aí, os ônibus voltaram a circular nos distritos e os trabalhadores puderam retomar, aos poucos, suas atividades normais. Não sem antes sentarem novamente coma Prefeitura de Campina Grande e que esta, depois de quatro dias de “blecaute” das empresas, colocasse ônibus extras para o povo.

Todo esse episódio serviu para revelar o poder dos empresários, por um lado, e a inércia e conivência da Prefeitura de Campina Grande, por outro. Revelou também que só um governo socialista dos trabalhadores pode,

definitivamente, resolver o grave problema do transporte público na Paraíba e no Brasil.

Por isso, Antonio Nascimento e Alice Maciel **defendem a estatização do sistema de transporte, para que este seja público e se transforme em um serviço gratuito e de qualidade para os trabalhadores. Pelo imediato congelamento das passagens e auditoria das empresas, bem como o passe livre para os desempregados e estudantes e regulamentação do transporte alternativo e dos aplicativos.**

2. Educação pública, gratuita, democrática e de qualidade sob controle dos trabalhadores: professores, funcionários, pais e alunos

Outras reivindicações que levaram milhões às ruas em junho de 2013 foram Saúde e Educação. Lutamos por 10% do PIB para a Educação já! Não vamos esperar 10 anos, como prevê o Plano Nacional de Educação do governo e seus agentes políticos e pelegos. O teto de gastos, aprovado pelo governo Temer, que impede investimentos em Educação e Saúde, por exemplo, já jogou para o alto essa reivindicação histórica dos estudantes e daqueles que lutam pela Educação Pública e Gratuita. Iremos debater com as entidades e movimentos sociais dos trabalhadores em educação as alternativas para tirarmos a Paraíba dessa situação precária.

Nosso estado possui, hoje, um dos mais altos índices de analfabetismo de todo o país, sem falar nos índices de evasão e repetência, além de oferecer precárias condições para os/as trabalhadores/as em educação exercerem suas atividades. Isso, apesar da maquiagem feita pelo governo estadual nas escolas estaduais, através de “reformas” que nem chegam perto de resolver o problema. Em 2019, segundo a PNAD Contínua, pesquisa feita pelo IBGE, a Paraíba possuía a segunda maior taxa de analfabetismo do país:16,1%. Quando verificamos o mesmo percentual na taxa de analfabetismo funcional, esse número chega a cerca de 50% da população paraibana. Um absurdo em pleno século XXI!!!

Ao mesmo tempo em que ocorre isso, desde o governo Ricardo Coutinho vem sendo implantada a terceirização nas escolas através das Organizações Sociais – OS. O escândalo aberto com a “Operação Calvário”, além da **pandemia do coronavírus**, deram um freio nisso, mas as coisas continuam ocorrendo.

É preciso acabar com as privatizações via OS. Esta farra com o dinheiro público precisa acabar e, mais do que isso, a Educação na Paraíba precisa ser definitivamente colocada a serviço do povo trabalhador de nosso estado, pensada e dirigida por esses/as trabalhadores/as da Educação. O PSTU defende o fim das OSs e que o dinheiro público seja utilizado única e exclusivamente na rede pública estadual, em prol dos/as trabalhadores/as e de seus/as filhos/as. Outra coisa absurda feita pelo atual governo é a diferenciação salarial que ocorre no interior da categoria magistério, em especial com os/as professores/as prestadores/as de serviço, que trabalham nas escolas exercendo a mesma jornada de trabalho, com a mesma função e

responsabilidade que os/as efetivos/as, porém recebem menos do que estes/as. O PSTU defende a **isonomia salarial já, salário igual para trabalho igual**.

Um outro ponto não menos importante, feito pelo governo Ricardo Coutinho na educação estadual e continuada pelo atual governo João Azevedo, foi o fim das eleições diretas para diretor/a das escolas em todo o Estado. Uma das conquistas mais importantes desta categoria, que foi ratificada recentemente pela luta em nível nacional, foi desprezada e rejeitada por um governo que se diz “amigo dos trabalhadores”. Tal governo, junto com a PMJP, acionou o Ministério Público Estadual para que este movesse uma ação na justiça paraibana contestando este direito conquistado há anos pela categoria, fruto de sua luta nas ruas e nas escolas. Mas a justiça patronal, o TJPB, em novembro de 2016, deu ganho de causa a tal ação e, desde então, a direção das escolas estaduais voltou a ser um “balcão de negócios” do governo estadual, e uma moeda de troca para alianças políticas com os “chefes políticos” de cada cidade e região do Estado. **O PSTU defende o imediato retorno das eleições diretas para diretor das escolas estaduais, com ampla e efetiva participação da comunidade escolar, e que o mais votado seja definido como o novo gestor escolar**. Para lembrar: a Paraíba já está em dissonância, desde 2016, com o PNE, quando este determina, na sua Meta 19, que se deve “Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto”.

É preciso falarmos também da “novidade” educacional que vem sendo divulgada, de vento em popa, pelo atual governo estadual: a escola integral. O PSTU defende a escola integral como um princípio educacional a ser seguido, mas não o modelo implantado pelo governo Ricardo Coutinho e implementado, de vento em popa, por João Azevedo e Cláudio Furtado. E qual a diferença? A diferença fundamental entre o que existe hoje na Paraíba e o que o movimento da Educação, historicamente, defende é uma só: o que existe em nosso estado é uma **educação em tempo integral** e não uma **ESCOLA INTEGRAL**. Trata-se de um debate conceitual, mas com implicações diretas no cotidiano de alunos/as, professores/as e comunidade em geral. Pois disso depende a qualidade do ensino a ser oferecido nestas escolas.

Quando citamos escola integral, presume-se que todos os conteúdos ministrados naquela unidade de ensino estão integrados dentro desta, mas também articulados com outros saberes, vindos de fora da escola, mas que pertencem ao conhecimento dos/as alunos/as, professores/as e comunidade em geral.

Isso sem falar na estrutura física das escolas estaduais na Paraíba que são insuficientes para comportar uma denominada escola integral. Na verdade, o que há hoje em nosso estado é um verdadeiro “depósito de alunos/as”. Outro problema refere-se aos/às professores/as, cuja jornada de trabalho vem sendo alterada pelo governo do Estado, afrontando diretamente o artigo 37 da Constituição Federal, que garante a tais profissionais acumulem dois empregos. Infelizmente, a direção sindical dos/as trabalhadores/as da

Educação paraibana, representada pelo SINTEP ou APLP, pouco ou nada faz para alterar este quadro cada vez pior para a categoria. Tal direito constitucional, garantido pela atual legislação, está sendo violado por um governo que agride conquistas dos trabalhadores (como fez com a “Reforma da Previdência Estadual”), ao mesmo tempo que promove afagos aos ricos, como isenções fiscais e uma dívida pública que apenas os favorece.

É preciso falar também do efeito da **pandemia do coronavírus** na Educação. O governo João Azevedo gosta de lembrar, a todo momento, que recebeu um prêmio nacional por ter tido o melhor ensino remoto durante a pandemia que atravessou o país nos últimos dois anos. Porém, não fala sobre as péssimas condições de trabalho oferecidas aos/às professores/as durante este período, que tiveram que se desdobrar para oferecer um mínimo de qualidade de ensino aos estudantes nessa ocasião, apesar da completa falta de estrutura e assistência por parte do Estado ao corpo docente, apesar do dinheiro do FUNDEB que, neste mesmo período, não deixou de chegar aos cofres estaduais, mas sem chegar a quem de direito, ou seja, aos/às trabalhadores/as da Educação e, principalmente, às escolas estaduais que, fechadas durante a pandemia, não receberam nenhuma atenção por parte do governo João Azevedo e da Secretaria Estadual de Educação, dirigida por Cláudio Furtado.

A maior prova desse abandono escolar está se verificando agora com as várias manifestações estudantis, em várias cidades espalhadas no estado, contra a situação em que se encontram estas unidades escolares no retorno às aulas presenciais. Uma das maiores provas disso foi a denúncia feita pelo SINTEP de que o dinheiro do FUNDEB estadual teria sido utilizado para pagar os altos salários do secretário da Educação, Cláudio Furtado, e de outros “peixes grandes” da mesma secretaria durante vários meses durante a pandemia. Infelizmente, a denúncia foi feita mas não sabemos do prosseguimento desta. Defendemos sua **IMEDIATA e RIGOROSA** apuração, bem como a **PUNIÇÃO EXEMPLAR** de seus responsáveis!!!

O PSTU defende também concurso público para todas as categorias. É inaceitável que as escolas estaduais não possuam especialistas, como psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais, dentre outros. **Defendemos também o pagamento do Piso Salarial Nacional do Dieese** (que, segundo o próprio, é de **R\$ 6.394,76**, em março/22), para uma jornada de 20 horas/aula, segundo a bandeira histórica do movimento docente da educação básica nacional.

3. Do PIB, 10% para Saúde Pública, Gratuita, Democrática e de Qualidade sob controle dos trabalhadores

A saúde pública definha na Paraíba. Existe hoje um duplo processo de precarização e privatização dos serviços, expressão da falta de investimentos públicos no setor. Em geral, o estado gasta muito pouco do PIB com saúde. Entre 2021 e 2022, a Paraíba colocou no orçamento estadual **0,15%** a mais nos gastos com a saúde pública. Defendemos a aplicação de 10% do PIB para a Saúde já, cujos recursos poderiam vir do não pagamento da dívida

pública e do fim das isenções fiscais em nosso Estado. Vamos, definitivamente, acabar com a farrá do dinheiro público na Saúde na Paraíba decretando de uma vez o fim das OS's no setor e resgatar o caráter público e estatal da Saúde em nosso estado, sob controle dos trabalhadores. Vamos garantir também o respeito a todas as categorias que atuam na Saúde, pagando o Piso Salarial destas e dando a todas as devidas condições de trabalho para que, assim, o povo trabalhador possa ter um atendimento de qualidade em cada unidade de saúde na Paraíba. Vamos acabar com os vícios do passado, como empreguismo e favorecimento de setores privados operando naquela unidade, às custas da utilização de mão de obra estatal.

Nossa proposta é a completa estatização da saúde, com a expropriação dos hospitais privados e, junto com isso, aumentar as verbas para a saúde e acabar com o sucateamento do SUS e dos baixos salários dos profissionais.

4. Desemprego, Geração e Renda na Paraíba

Por um plano de obras públicas, sob controle dos trabalhadores, para resolver o problema do desemprego

Em 2021, a Paraíba apresentou uma taxa de desemprego – 14,8% - superior à taxa nacional (13,2%), de acordo com a PNAD Contínua Trimestral feita pelo IBGE. Porém, este número ainda é superior ao registrado em 2019, antes da pandemia do coronavírus, que foi de 11%. Contudo, no que diz respeito à taxa de informalidade, a Paraíba foi a 8ª maior do país – 52,1% -, superior até à média nacional (40,1%) e também maior do que o registrado em 2020, que foi de 48,8%. Já em relação à taxa de subutilização da força de trabalho, esta foi de 38,5% na Paraíba, a 5ª maior do país e superior à média nacional, de 27,2%.

A crise capitalista mundial 2007/2008 continua atingindo o mundo capitalista desde então e, mais ainda, durante os anos de crescimento econômico, aliado à **pandemia do coronavírus** a partir do início de 2020. Porém, no governo Lula/PT, este ao invés de atender as reivindicações dos trabalhadores, deu-lhes migalhas e cedeu aos burgueses. A política de conciliação de classes, construída em seu governo, aproveitando a maré positiva e crescente da economia imperialista até a explosão da crise citada acima, vem gerando a conta atualmente por suas escolhas. Naquele momento, poderiam ter sido utilizados para erradicar completamente o desemprego no país e realizar todas as reformas para que o país necessita e romper com a submissão ao imperialismo.

No entanto e a partir da crise capitalista, a quase totalidade dos novos empregos criados nos últimos anos são os empregos com os salários mais baixos e precarizados. Os trabalhadores de setores como a indústria, por exemplo, sofrem com jornadas extenuantes e o aumento das horas extras, sem falar na estagnação econômica, aliada à desindustrialização e recessão vivenciada nos últimos anos. Os empregos criados nos últimos tempos, por sua vez, foram “por água abaixo” com a propostas da “terceirização” e “reforma trabalhista”, aprovadas pelo governo Temer ampliaram o grau de

precarização e semiescravidão da classe trabalhadora, chegando à beira do insuportável. A “uberização” é, na atualidade, uma realidade cada vez mais presente no Brasil e no mundo capitalista como um todo, especialmente nos países da periferia como o nosso e num estado pobre como a Paraíba. E, com ela, vem acompanhada a destruição sistemática dos direitos de nossa classe. Apesar de tudo a classe resiste e luta contra tudo isso, apesar da negativa (e, às vezes, conivência e cumplicidade) das direções do movimento. Vide o recente movimento dos/as trabalhadores/as da Avibras, em São José dos Campos/SP, que conseguiram reverter mais de 400 demissões feitas pela empresa; ou da luta feita, neste momento, pelos/as trabalhadores/as da CaoaChery, de Jacareí/SP, contra fechamento da empresa e na defesa de seus empregos; ou, ainda, na luta contínua e incessante dos trabalhadores da CSN de Volta Redonda/RJ (que iniciou-se em Congonhas/MG) na defesa dos seus direitos trabalhistas e dos empregos, chegando ao ponto de lutarem contra a empresa -que chegou a demitir os principais lutadores – e também contra o sindicato dos metalúrgicos local, que deveria defender a categoria.

Defendemos o fim imediato da precarização do trabalho, com todos os trabalhadores com carteira assinada, estabilidade no emprego, direito a férias, décimo terceiro e aposentadoria.

É preciso construir um grande **PLANO DE OBRAS PÚBLICAS** para que, com isso, possamos construir e reformar escolas, hospitais, postos de saúde, estradas, praças, centros culturais e outros equipamentos públicos, além de, proporcionarmos qualidade de vida para a classe trabalhadora de nosso estado.

Acreditamos que, reduzindo a jornada de trabalho para 30h semanais sem redução nos salários, será possível abrir novos postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho dos já empregados.

Defendemos também um auxílio emergencial de um salário-mínimo para todos os trabalhadores desempregados, como medida transitória até estejam empregados.

5. Fome e Desigualdade Social

A Paraíba tem como capital João Pessoa que, segundo o *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles*, elaborado pelo Observatório das Metrôpoles, em parceria com a PUC/RS e Observatório da Dívida Social (RedODSAL), é uma das **idades mais desiguais do país, social e economicamente**. Isso é verificado em vários aspectos, segundo este estudo, como o fato de na capital paraibana menos de ¼ da sua população viver com 24,5% do salário mínimo no 1º trimestre de 2020 – o que representava **R\$ 261,25** -; além disso, no mesmo período, os 10% da mais ricos ganhavam (em média), **29,6 vezes mais** do que os 40% mais pobres; um ano depois, no 1º trimestre de 2021, esses mesmos 10% mais ricos passaram a ganhar, em média, **42,3 vezes mais** do que os 40% mais pobres. Um aumento considerável da concentração de renda em plena **pandemia do coronavírus**. Em relação à cesta básica, João Pessoa tem uma das mais caras do país, com seu valor custando mais de 50% do atual salário mínimo – **R\$ 586,73** -, sofrendo um aumento de

18,35% em 12 meses, segundo pesquisa feita pelo DIEESE em junho deste ano.

Segundo a professora da UFPB, Flávia Pires, coordenadora do grupo de pesquisa Criança, Sociedade e Cultura, “mais da metade dos domicílios paraibanos convivem hoje com algum tipo de insegurança alimentar entre seus habitantes”.

Este é um pequeno quadro de um dos mais pobres estados do país, com um dos menores PIB's da Federação, com uma das mais altas taxas de analfabetismo e de desemprego. Num quadro destes, só uma **ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA** pode resolver tais graves problemas.

6. Revolução agrária no campo sob controle dos trabalhadores

Uma verdadeira reforma agrária, pode garantir alimentos de qualidade para a população a um preço mais barato, além de fortalecer a agricultura familiar e garantir trabalho aos sem-terra e suas famílias. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio agroexportador. E como iremos fazer isso? Traçar uma política de convivência dos povos sertanejos com o semiárido, aplicando medidas simples como o projeto apresentado pela Articulação do Semiárido (ASA-Brasil), que desenvolve um programa de um milhão de cisternas na região seca do Nordeste e, junto com isso, acabar com a concentração de terras nas mãos dos “coronéis” que ainda controlam essa região do país e na Paraíba. Outro dado lamentável que assola o campo, no Brasil e na Paraíba, é a violência brutal contra trabalhadores/as rurais. Isso se deve, em grande parte, à concentração de terras nas mãos dos latifundiários. Em nosso estado, não é difícil perceber a predominância de famílias oligarcas proprietárias de grandes extensões de terras e, agora, mais recentemente, do agronegócio, detentoras do poder local e estadual. No Brasil, menos de 1% dos proprietários agrícolas possuem 45% da área rural de nosso país. Esses senhores latifundiários concentram em suas mãos 43% do crédito agrícola oferecido pelo Estado brasileiro.

A produção agrária deve servir para acabar com a fome da população. Por isso, defendemos a expropriação e estatização das grandes empresas agropecuárias, sob o controle dos trabalhadores. A produção deve alimentar os brasileiros, com a exportação apenas do excedente.

Uma reforma agrária ampla e sob o controle dos trabalhadores é necessária, com distribuição de terras aos sem-terra e com a garantia de assistência técnica aos pequenos produtores.

Infelizmente a concentração de terras produz, como um de seus efeitos, a violência extrema que se encontra hoje colocada os/as trabalhadores/as no campo. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Brasil, em 2017, foram assassinados em conflitos no campo 65 pessoas, muitas delas com requintes de crueldade. Uma ONG britânica, de nome Global Witness, divulgou recentemente um estudo que coloca o Brasil como o país mais violento do mundo no campo, em relação à matança de trabalhadores/as, comparando-o a outros 22 países estudados. Na Paraíba, ocorreram dois assassinatos em 2018 envolvendo lideranças rurais, com 10 áreas de conflito

no estado, totalizando **4226 famílias numa área de 19610 hectares**. Na história da luta camponesa paraibana, jamais esqueceremos àqueles (as) trabalhadores (as) rurais paraibanos/as como Margarida Maria Alves, João Pedro Teixeira, Nego Fuba, todos/as elas lideranças camponesas, perseguidas e assassinadas pelo latifúndio. Afirmamos, quase nada mudou. Continuamos vivendo em um Estado com grande concentração de terras e enorme violência que ainda assombra os/as trabalhadores/as do campo. Por isso, Antonio Nascimento e Alice Maciel do PSTU defendem o direito à **autodefesa dos/as trabalhadores/as**, pelo direito à vida e à terra, contra a matança da qual são vítimas, fruto da presença armada dos jagunços contratados pelos fazendeiros e forças paramilitares a serviço dos oligarcas latifundiários em nosso Estado.

7. Luta pela Moradia

O Estado viveu nos últimos anos um verdadeiro boom imobiliário. Nunca as empreiteiras e construtoras lucraram tanto. Mesmo assim, persiste o dramático déficit habitacional. Na Paraíba, segundo dados oficiais, há um grande déficit habitacional. Defendemos um plano de obras públicas para a construção de moradias que possa ao mesmo tempo avançar na questão de desemprego e na falta de habitações dignas à população mais pobre. Ao mesmo tempo, defendemos a desapropriação dos imóveis dos grandes proprietários que vivem da especulação imobiliária para que estes imóveis possam ser ocupados por uma parte da população sem teto como também propomos a imediata legalização das ocupações de terras, com urbanização e saneamento adequados.

Para o PSTU, este plano de obras públicas como solução do grave problema de moradia deve ser assumido pelo governo estadual, através do resgate da CEHAP em sua origem, como uma empresa estatal que atendia aos interesses dos mais pobres, em todo o Estado. Mas, uma CEHAP bem diferente da anterior, sob controle dos trabalhadores, sem interferência de empreiteiras nem de construtores.). Esta será uma alternativa importante ao Minha Casa, Minha Vida – atual Casa Verde e Amarela - que já não atende mais à classe trabalhadora, mas sim à especulação imobiliária. O dinheiro para esse plano de obras públicas, feito a partir de uma nova CEHAP, a serviço da classe trabalhadora de nosso Estado, virá do não pagamento da dívida pública da Paraíba junto com o fim das isenções fiscais, que hoje servem apenas para encher os bolsos dos ricos e poderosos desse Estado.

8. Luta contra as opressões

O capitalismo é um sistema de exploração e de opressão. Ele se utiliza das opressões para aumentar seus lucros enquanto faz falsas promessas de “igualdade” que não pode cumprir.

Mulheres, negros, LGBTIs, povos originários e imigrantes são os setores que mais sofreram com a política assassina de Bolsonaro na pandemia. Os índices de violência contra os oprimidos da classe trabalhadora explodiram.

Bolsonaro não faz questão de esconder o desprezo que sente e, além de ser responsável pela degradação das condições de vida dos setores oprimidos, incentiva seus apoiadores a cometerem os mais diversos atos de violência racista, machista e LGBTIfóbica.

As opressões dividem a classe trabalhadora, servindo também como mecanismo de regulação do mercado de trabalho garantindo a superexploração. Mulheres, negros, LGBTIs e imigrantes por exemplo recebem os piores salários, o que rebaixa a média salarial de toda a classe e aumenta os lucros da burguesia.

A luta contra as opressões precisa ser travada por todos os explorados e oprimidos, pois só assim é possível unir a classe e ampliar nossas forças. As opressões atingem trabalhadores e burgueses, porém de maneira muito desigual. Setores do empresariado, os reformistas, os estalinistas e pós-modernos oferecem saídas genéricas como o “empoderamento” e prometem que as opressões podem ser resolvidas com a melhoria da representatividade ou numa simples canetada, mas isso é uma ilusão.

Acreditamos que é fundamental travar uma luta diária pela garantia dos direitos das mulheres, negros, LGBTIs, povos originários, imigrantes e demais setores oprimidos, mas sabemos que por dentro do capitalismo toda conquista é limitada e estará sempre ameaçada (basta ver o que aconteceu com o direito ao aborto nos EUA).

Os setores oprimidos estiveram à frente de importantes lutas do último período, e cada conquista arrancada nas ruas deve ser comemorada. Mas para conseguir mudanças reais temos que acabar com o sistema que sustenta, incorpora e reproduz as opressões para seu benefício. É preciso uma revolução social que acabe com esse Estado opressor.

8.1 Combater o machismo

As mulheres representam metade da classe trabalhadora no país e na Paraíba, e amargam os piores salários. Em pleno século XXI, as mulheres recebem cerca de 70% do que os homens, mesmo exercendo a mesma função. Também sofrem com a dupla jornada de trabalho, com a colocação das tarefas domésticas e de cuidados como uma “obrigação feminina”, sem remuneração.

Na Paraíba, durante a celebração dos 12 anos da Lei Maria da Penha, o Ministério Público Estadual divulgou que a cada 5 minutos uma mulher é vítima da violência machista em nosso estado. As mulheres estão sujeitas à violência doméstica, violência obstétrica, assédio, estupro, agressões e assassinatos.

A criminalização do aborto também condena as mulheres da classe trabalhadora a recorrerem a procedimentos artesanais e clandestinos, que deixam um rastro de sequelas e morte.

Ao mesmo tempo em que proíbe o aborto, o Estado não garante condições mínimas às mães trabalhadoras. A licença maternidade é insuficiente, faltam creches e a insegurança alimentar ronda boa parte dos lares da classe.

Por isso, defendemos:

Não ao machismo e à violência contra as mulheres! Basta de assédio e feminicídios! Aplicação e ampliação da Lei Maria da Penha! Delegacias especializadas com funcionamento em tempo integral e com fácil acesso para as mulheres, centros de referência e casas abrigos para as vítimas e seus filhos em todas as cidades! Punição aos agressores!

Fim da dupla jornada e socialização do trabalho doméstico! Lavanderias públicas e restaurantes comunitários! Creches e escolas em tempo integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadora, centros de lazer e convivência de idosos e serviços de apoio para todos que necessitam de cuidados especiais!

Emprego, direitos e renda! Igualdade de oportunidades! Salário igual para trabalho igual.

Direito à maternidade! Licença e salário maternidade/paternidade por 1 ano com estabilidade no emprego. Cobertura integral e qualidade da assistência pré-natal, assistência humanizada, contra a violência obstétrica!

Direito ao aborto: Educação sexual para decidir, contraceptivos para não engravidar, aborto legal e seguro para não morrer!

8.2 Combater o racismo

O Brasil é um país majoritariamente negro, com uma burguesia branca, de tradição escravocrata. A opressão racista no país é um dos símbolos mais duros da nossa realidade, expressada através do genocídio da juventude negra nos bairros mais pobres em nosso país. A diferença salarial existente entre negros e brancos segue sendo uma realidade. O racismo segue sendo uma realidade aos/às trabalhadores/as brasileiros/as negros/as.

Na Paraíba, infelizmente, este quadro não é diferente. Segundo Atlas da Violência do Ipea, de 2018, o índice de homicídios de negros por 100 mil, na Paraíba, foi de 46,5%, em 2016. Além disso, a alta de taxa de analfabetismo encontrada em nosso Estado (cerca de 16%), encontra repercussão em torno de 70% do povo negro da Paraíba. Ou seja, o analfabetismo em nosso Estado tem cor. Isso tudo é sintoma de um racismo impregnado em nossa sociedade, com o qual o PSTU não tem acordo e combate sistematicamente.

Por isso defendemos:

Pelo fim do genocídio da juventude negra! Prisão e condenação dos assassinos policiais!

Igualdade salarial com os brancos! Fim da terceirização! Fim da intolerância religiosa contra o candomblé!

Em defesa da Reparação histórica aos negros!

8.3 Combate à LGBTIfobia

A Paraíba amarga a triste colocação de primeira colocada no ranking nacional de assassinatos na população LGBTI. O governo João Azevedo, assim como o anterior, assiste a tudo isso sem tomar nenhuma providência.

Vivemos em um estado não apenas machista e racista, mas também LGBTIfóbico. O PSTU defende o fim da LGBTIfobia e da transfobia. Defendemos também o reconhecimento das identidades trans (com a

consequente regulamentação jurídica). Defendemos também o acesso ao atendimento médico que supra as demandas das LGBTI pelo SUS.

As LGBTIs estão entre os setores oprimidos mais explorados no capitalismo. Lésbicas, gays, bissexuais, intersexuais, mas principalmente as transexuais e as travestis são empurradas para os subempregos, quando não para a prostituição. Também estão sujeitas à violência extrema, inclusive por parte das instituições públicas que deveriam protegê-las.

Junto com o machismo, o racismo, e outras formas de opressão, a luta contra a LGBTIfobia deve ser travada por toda a classe trabalhadora. Para nos defender da violência crescente patrocinada pela ultra direita de Bolsonaro, precisamos organizar também nossa autodefesa.

Por isso, defendemos:

Empregos dignos, salário e condições de trabalho adequadas!

Atendimento pelo SUS que atenda as demandas específicas da população LGBTI!

Fim da violência LGBTIfóbica! Punição dos agressores!

9. Cultura e Esporte

A cultura tem sido um dos setores mais atacados pelo governo Bolsonaro. Recentemente, seu governo vetou as leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II, que incentivavam esse setor tão abalado com o advento da pandemia do coronavírus. Porém, o Congresso Nacional derrubou os vetos feitos por este em relação a estas leis. O PSTU defende a mais ampla e plena liberdade de criação cultural. Abaixo todos os tipos de censura.

O esporte também não fica atrás. O governo Bolsonaro trata o esporte nacional com o mesmo desdém. O investimento que governo federal aplica no setor é tão pífio quanto o de governos anteriores, menos a demagogia com que o governo trata os desportistas nacionais.

Na Paraíba, a situação não é muito diferente, infelizmente. Apesar do orçamento 2022 apontar um pouco mais de recursos para a cultura (cerca de 11% a mais), o mesmo não se dá com o esporte, que ficará com mais de 1% negativo em relação ao orçamento de 2021. Isso, apesar dos números crescentes em vários indicadores econômicos já apontados neste programa.

Defendemos a construção de “ilhas culturais” na Paraíba, nas cidades-pólo do estado, onde nestes espaços seja garantida a possibilidade de que possam ser descobertos e incentivados novos talentos culturais e esportivos.

10. Conselhos Populares

Os Conselhos Populares são uma forma de auto-organização dos trabalhadores e das camadas populares. É um tipo de organização que tem como objetivo organizar a luta pelas demandas desses setores.

Por isso mesmo é uma organização que visa representar, defender e lutar pelos interesses da classe trabalhadora e dos setores populares. Nela não cabem as classes exploradoras e seus agentes políticos (deputados, senadores etc.).

Nesse sentido, representam um tipo de organização oposto aos “conselhos” institucionais” formais, instituídos e controlados pelo Estado, onde a participação popular é mínima e não há poder de decisão. E é o oposto dos

conselhos de conciliação de classes com os grandes empresários instituídos pelos governos do PT.

Para ser esse órgão de auto-organização, de luta e de defesa dos interesses dos explorados e oprimidos, o Conselho Popular deve constituir uma forma de representação dos trabalhadores e do povo pobre que seja a mais direta e democrática possível. Os representantes devem ser eleitos pela base, em assembleias em todos os bairros, sindicatos, associações culturais e todo tipo de organização popular. Os representantes terão mandatos revogáveis a qualquer momento e podem ser substituídos por outra assembleia. Não receberão remuneração especial.

É uma forma de democracia participativa, onde tudo é discutido em assembleias de base, nos bairros e locais de trabalho, e é trazido para o Conselho Popular, que tomará as decisões finais sobre todas as questões importantes da administração estadual: saúde, educação, segurança, moradia, transporte tudo que a população considerar pertinente. Este Conselho Popular terá um caráter deliberativo, porque a administração estadual do PSTU se compromete, desde já, a acatar democraticamente suas decisões.

O Conselho Popular é uma proposta totalmente diferente das desenvolvidas pelo PT e outros partidos, como por exemplo, o Orçamento Participativo.. Esta iniciativa gerou (e vem gerando) grandes expectativas e reunindo milhares de pessoas em grandes assembleias. No entanto, seu poder de decisão se limitava a cerca de 5% do orçamento municipal e não incluía qualquer tipo de participação nas decisões políticas e administrativas.

Os Conselhos Populares, quando surgem em uma situação revolucionária, podem assumir tarefas de um Estado em vários terrenos, constituindo-se em um verdadeiro poder operário e popular paralelo, preparando as condições para a tomada do poder pelos trabalhadores. Mas, uma situação desse tipo só acontece em momentos excepcionais. Não é a situação atual.

Mas, isso não diminui a importância de uma iniciativa desse tipo. A experiência de um Conselho Popular pode ser uma valiosa forma de educação para os trabalhadores e os setores populares, uma verdadeira escola de auto-organização, participação popular, democracia dos trabalhadores, independência de classe, que contribua para o avanço da sua mobilização, consciência e organização. É um aprendizado para gerir as tarefas de Estado, mesmo que em nível molecular.

A Paraíba precisa de uma Revolução Socialista

Nós defendemos com orgulho o socialismo. Defendemos a revolução socialista no Brasil e no mundo. Entendemos que a revolução socialista no Brasil será parte de um processo tanto na América Latina quanto no mundo e que esta deve se apoiar na ampla mobilização da classe trabalhadora e demais setores explorados e oprimidos pelo capital para mudar o atual estado de coisas. Sem romper com a dominação das grandes empresas nacionais e multinacionais que superexploram nossa classe, promovendo a barbárie capitalista espalhando a fome e agredindo o meio ambiente, seguiremos no ritmo decadente em que nos encontramos, ampliando-o.

É preciso construir a sociedade socialista, uma sociedade que ponha fim a toda forma de opressão e discriminação (como o racismo, machismo, LGBTIfobia, capacitismo, xenofobia, dentre outros); que respeite os povos originários, quilombolas e populações tradicionais; que garanta lazer, cultura de demais liberdades democráticas a todos e todas.

Nesta sociedade socialista, são os trabalhadores que devem governar através de seus organismos via Conselhos Populares. E tudo isso será garantido através da expropriação das grandes empresas, da reestatização das empresas privatizadas – todas colocadas sob controle dos trabalhadores -, além do fim das isenções fiscais aos grandes grupos econômicos e do não pagamento da dívida pública. Todo esse dinheiro será mais do que suficiente para garantirmos uma real mudança de vida dos/as trabalhadores/as paraibanos/as!!!

Paraíba (PB), 27 de julho de 2022.



Antônio Nascimento
Candidato a Governador/PSTU



Alice Maciel
Candidata a Vice-Governadora/PSTU